

Texto de abertura: Pelos trilhos do(s) turismo(s) indígena(s)

Xerardo PEREIRO

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro — UTAD (Portugal)

CO-EDITOR DE NÚMERO ESPECIAL

xperez@utad.pt

O turismo indígena: entre o neocolonialismo e o pós-colonialismo

Na América Latina, e na opinião de alguns autores, as nações-estado tem um caráter incompleto e inautêntico por causa da persistência de grupos étnicos e indígenas diferenciados, em resultado do qual propõem completar ou integrar a diversidade sociocultural, pois a heterogeneidade seria pensada como um obstáculo para a construção da nação (Díaz Polanco, 1997: 4; López García e Gutiérrez Estévez, 2009). Esta chave interpretativa é importante para compreender a perceção que se tem do turismo indígena e dos indígenas desde muitas instâncias, o que dificulta o cimentar social de algumas sociedades latino-americanas. De acordo com essa ideia, isto responde a uma ideologia neocolonial que Pablo González Casanova (1987: 223-250) denominou colonialismo interno.

Neste sentido, o teórico Edward Said (1978; 2001) afirma nas suas obras como o colonialismo ocidental reforçou a sua dominação no mundo não só através de meios militares e administrativos, mas também por via de ideologias eficazes. E o filósofo Eduardo Surbirats (2005) questiona como a expansão colonial, sobretudo a desenvolvida em IberoAmérica, foi económica e política e ainda teocrática e teológica. É desde estas perspetivas, com grande impacto nos estudos pós-coloniais, que podemos entender o turismo como um instrumento ideológico dos poderes em ação e igualmente como um novo mito no qual parece que temos que acreditar sem o questionar.

Muitas teorias do turismo tentaram explicá-lo pela sua associação e parentesco com o colonialismo (cf. Cohen, 1972; Nash, 1977; Bruner, 1989; Crick, 1992) nas suas formas neocoloniais e pós-coloniais. De acordo com estas teorias, as relações de poder centro-periferia criam situações de dependên-

cia neocolonial que perpetuam ressentimentos e antagonismos de uma forma linear. No campo do turismo, os locais assumiriam os piores trabalhos enquanto o controlo do turismo internacional e os seus benefícios seriam externos, ficando em mãos de empresas estrangeiras que induzem os turistas a consumir produtos de importação.

Mas, já nos inícios da década de oitenta, Georges Van den Abbeele (1980) chamou a atenção para a circunstância de que o turismo era um imperialismo que tanto afetava os destinos turísticos quanto funcionava como um opiáceo para as massas que praticavam um turismo institucionalizado nos países desenvolvidos emissores. Isso significa não determinar o turismo como um fenómeno linear que opera numa única direção e, ao mesmo tempo, reconhecer que não tem existido um único colonialismo, de tal modo que, nos dias de hoje, é melhor denominar o que se tem classificado de situação pós-colonial como “situações pós-coloniais resultado de diferentes colonialismos”. Esta é a linha que seguem autores como Michael Hall e Hazel Tucker (2004) e na qual nos situamos ao interpretar o turismo indígena.

Já Armanda Stronza (2001) chamou criticamente a atenção sobre a hipótese de o turismo ter sido totalmente imposto pelas sociedades mais desenvolvidas numa linha de fora-dentro, colonizador-colonizado, sem ter em conta o papel mais ou menos ativo das sociedades recetoras da periferia geopolítica. Neste sentido, é importante destacar o que Carlos Maldonado (2005) conclui no seu estudo sobre 170 iniciativas de turismo comunitário em América Latina, observando que em 80% dos casos os projetos turísticos foram promovidos pelas comunidades sem ajuda inicial externa, nem de ONGDs nem de governos. Iso confirma o agenciamento e o papel ativo de muitos grupos indígenas na sua aposta por desenvolver estrategicamente o turismo como uma forma de resistência e afirmação da sua identidade cultural.

Tal como demonstra George Gmelch (2003: 36) para o caso das Caraíbas, o turismo tem sido significado e promovido pelos governos regionais e com participação das elites desses países. Conforme assinala o antropólogo andaluz Javier Hernández Ramírez (2006), o turismo é a mercantilização do global, a comercialização do particular e do lugar; mas face a isso encontramos uma diversidade de respostas e reações, pois as culturas locais não são sistemas fechados nem estáticos. O turismo homogeneiza mas também produz

singularidades (ex. invenção de tradições, recreação do passado, novos atrativos, imagens, mitos...) e resistências às forças globais.

Neste sentido, o turismo poderia ser entendido como um processo de produção cultural seletiva que cria novas formas de diversidade, como acontece com o turismo indígena. E esta sociodiversidade (Carneiro da Cunha, 2001: 458) turística é muito valiosa como património da humanidade, pois apresenta soluções diversas aos problemas de organização social e cultural dos homens. É necessário ter em atenção este, como reserva de descobrimentos, conhecimentos e soluções a problemas que podem ter as futuras gerações.

Trilhos teóricos do turismo indígena

O turismo indígena não poderá ser bem entendido se não explicitarmos previamente, de forma sumária, a noção de etnicidade e de identidade indígena que manejamos. Etnicidade (cf. Cohen, 1974; Pujadas, 1993; Fabietti, 2001, Comaroff e Comaroff, 2011) pode ser pensada de três formas (Vermeulen e Govers, 2003: 9): a) como uma forma de organização social da diferença entre grupos humanos em contato (Barth, 1969; 2003); b) como uma fronteira, geralmente simbólica, entre grupos em contato e não apenas como um conteúdo cultural diferente; c) como uma adscrição ou classificação de terceiros e também como uma autoadscrição. A etnicidade é um tipo de identificação social, uma crença partilhada, uma consequência da construção da diferença entre grupos de interesse, uma ideologia da ascendência, substância ou história comum (Vermeulen e Govers, 2003: 11-12). A etnicidade também pode ser entendida como uma narrativa que se pode observar bem no campo do turismo, enquanto expressão política das identidades em construção permanente, por serem elas sempre incompletas.

A etnicidade, também a indígena, é um conceito que define a diferenciação social, ele não é algo monolítico e sim um repertório para uma consciência coletiva da semelhança cultural, uma referência para os sentimentos partilhados, sendo o seu conteúdo resultado de condições históricas concretas (Comaroff e Comaroff, 2011: 65). Por isso, torna-se necessário questionar os enfoques primordialistas e essencialistas da etnicidade que se centram na biologia partilhada, nas origens ancestrais e nas disposições inatas e coercitivas. Face a eles, propomos enfoques instrumentalistas e estratégicos que conside-

ram a etnicidade como uma reação face às ameaças de determinados interesses, uma autodeterminação e uma afirmação de pessoas que imaginam partilhar um destino cultural (Comaroff e Comaroff, 2011: 65).

Nos cenários étnicos, a palavra indígena é uma categoria cultural construída ao longo do tempo que teve a sua origem etimológica em duas palavras latinas “inde”, que significa ‘de ali’, e “gens”. que significa ‘gente’. Por isso, do ponto de vista epistemológico, indígena significa gente de ali, isto é, originários ou aborígenes. O termo indígena é polissémico e tem um forte sentido político. Os critérios para classificar o “indígena” são complexos, e alguns dos citados na literatura são os de ascendência, residência territorial, subordinação, diferença cultural e autoadscrição. Na América Latina a palavra “índio” é utilizada às vezes como sinónima de indígena, mas não poucas vezes índio é uma palavra considerada pejorativa e despectiva.

No planeta terra há uns 370 milhões de indígenas que se organizam em 5000 povos diferentes (Morales e Marías, 2007: 124; Muqbil, 2009: 1) e que pertencem a mais de 70 países (Cobo, 1987). Muitos deles foram perseguidos e marginalizados ao longo da história e hoje em dia continuam ameaçados pela expansão do sistema de desenvolvimento capitalista, já que as suas terras são desejadas por multinacionais da madeira, da minaria, do turismo e outras.

Por outro lado, instituições internacionais como a UNESCO ou a ONU reconheceram o importante papel destes grupos humanos na preservação da biodiversidade (cf. Maldonado, 2006: 2-3) e na construção de diversidades culturais (Grillot, 2012). Assim, acontece na atualidade que muitos grupos indígenas se autoafirmam em processos de emergência étnica e o uso do turismo representa um elemento mais ou menos central dessa afirmação identitária.

A 9 de agosto de 1982 criou-se na ONU um grupo de trabalho das populações indígenas. 1993 foi declarado pela ONU “Ano Internacional dos Povos Indígenas” e cada 9 de agosto celebra-se o dia internacional dos povos indígenas. Em 1994 estabeleceu-se o decénio dedicado às populações indígenas, prolongado em 2005 por mais dez anos. No ano 2002, tanto a Cimeira Mundial de Johannesburgo como a Cimeira Mundial do Ecoturismo celebrada no Quebec defenderam que o turismo pode ser uma oportunidade de

desenvolvimento para os indígenas. Data de 2007 a aprovação, pela assembleia da ONU, da “Declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas”, assinada por 144 países, mas com a abstenção de 11 e o voto contrário de Austrália, Canadá, Nova Zelândia e os EUA; porém e paradoxalmente, nem sempre foram reconhecidos os direitos indígenas sobre os seus territórios e recursos.

O certo é que ainda estamos longe do exercício real dos direitos indígenas e do reconhecimento sociopolítico deles. Neste contexto, o turismo pode ser considerado uma oportunidade para o desenvolvimento ou um novo mecanismo de exploração e domínio neocolonial. Estas duas ideias aparecem bem refletidas na Declaração de Otavalo¹ (setembro de 2001), na Declaração de Oaxaca sobre Ecoturismo (março de 2002), na Declaração de San José sobre Turismo Rural Comunitário² (outubro de 2003), na Conferência Aberta organizada pela ITRI — *Indigenous Tourism Rights International*³ (junho-julho de 2004) e na Declaração de Fortaleza⁴ (maio de 2008) sobre turismo sustentável.

A Declaração de Oaxaca foi resultado do Fórum Internacional de Turismo Indígena e representou uma chamada de atenção aos grupos indígenas no sentido de reforçar estratégias, coordenar a cooperação internacional e regional e aumentar a participação indígena no ecoturismo. Além do mais, defendeu-se nela a ideia de que os indígenas não deviam ser vistos como objeto de desenvolvimento turístico e sim como sujeitos protagonistas dele (Zeppel, 2006: 16; Zeppel, 2007; Chernela, 2011: 38).

Em todas estas declarações e também na literatura científica, o conceito de turismo é impreciso, ambíguo e polissêmico: é uma noção relacionada com os conceitos de turismo étnico (Pitchford, 1995; Yang e Wall, 2009), etnoturismo, etnoecoturismo e turismo aborígine (Getz e Jamieson, 1997). Da nossa perspectiva, não podemos confundir, pois o turismo indígena impli-

1. Ver <http://www.redturs.org/inicio/docu/Otavalo.pdf>. Consulta 10-04-2010.

2. Ver <http://www.blogdeturismorural.com.ar/2008/08/27/declaracion-de-san-jose-sobre-el-turismo-rural-comunitario/>. Consulta 10-04-2010.

3. Ver <http://www.tourism.futures.org/content/view/1698/283>. Consulta 21-02-2011.

4. Ver http://www.nativas.org/documentos/declaracion_fortaleza.pdf. Consulta 10-04-2010.

ca explicitamente a presença de comunidades indígenas (Bresner, 2010), enquanto o turismo étnico não envolve necessariamente grupos indígenas (Yang e Wall, 2009: 559).

O turismo indígena intensificou-se a partir de 1990 (Fennel, 2008) ligado às novas tendências turísticas internacionais que procuravam um maior contato com a natureza e a diversidade cultural, e também teve origem na crença ocidental de que são os povos indígenas os preservadores dos valores humanos mais valiosos e os mais próximos de uma natureza e um meio ambiente já muito depredados no ocidente. Portanto, não é apenas um produto turístico mais e sim uma nova forma de fazer turismo. Deste modo, o turismo indígena tem uma grande importância na definição dos novos tipos de turismo (sustentáveis, responsáveis...) e na relação entre ele e as estratégias mundiais para ultrapassar a pobreza (ex. PPT — *Pro-poor tourism* — e STEP — *Sustainable Tourism Eliminating Poverty* — da OMT, 2006). Além disso, é preciso ligá-lo com os movimentos sociais indigenistas e os turismos alternativos e altermundistas⁵. Também não podemos deixar de considerar as diferentes construções geopolíticas do indígena em cada estado (ex. Perú, Guatemala, Panamá, México, Bolívia, Brasil, etc.) e como esses processos têm influenciado diferencialmente os desenvolvimentos dos turismos indígenas.

Enquanto subcampo de investigação, o turismo indígena iniciou-se nos anos 80 do século passado e desenvolveu-se na década seguinte (Van den Berghe, 1980; Van den Berghe e Keyes, 1984; Altman e Finlayson, 1993; Parker, 1993; Mercer, 1995; Butler e Hinch, 1996; Picard e Wood, 1997; Moscardo e Pearce, 1999; Maclaren, 1999; Zeppel, 1998; 2006; 2007: 310; Ryan e Aicken, 2005; Maldonado, 2006; Johnston, 2006; Notzke, 2006; Buultjens e Fuller, 2007; Yang e Wall, 2009; Weaver, 2010). Zeppel (1999) reuniu muita bibliografia referida à Austrália (cf. Whitford e Ruhanen, 2010) e a “Canadian Tourism Commission” (1997) para o caso canadiano. Um trabalho de Diana Kutzner *et al.* (2007) compilou 323 referências bibliográficas sobre turismo indígena e a revista *Bulletin of Latin American Research* publicou um total de 41 artigos relativos a “indigenous tourism” em toda a sua história.

5. Ver debates do Foro Social de Portalegre 2002 em www.ivt-rj.net/destaques/forum/index.htm. Consulta 10-04-2010.

Em síntese, podemos afirmar que o turismo indígena é definido, nas décadas de 1980 e 1990, pela literatura científica internacional como o conjunto de experiências de contato com culturas indígenas (Harron e Weiler, 1992), uma forma de coleção cultural (Volkman, 1990) e também como um campo de relações co-étnicas (Van den Berghe, 1980; Van den Berghe e Keyes, 1984; Van den Berghe, 1994a, 1994b) caracterizado pela atração do outro e a sua cultura, o diferente e o “exotismo étnico”, isto é, o nativo como objeto de curiosidade “turistado” e mediatizado pelos mediadores. Desde uma visão mercantil, Barry Parker (1993:400) entendeu o turismo indígena como o produto ou serviço turístico com propriedade e gestão indígena. Nessa época, a antropóloga dos EEUU Valene Smith (1996: 283 e 287) definiu-o quer como um segmento da indústria de visitas que implica diretamente a povos nativos com uma etnicidade que constitui uma atração turística, quer na qualidade de integrador de quatro elementos interrelacionados: o assentamento geográfico (habitat), as tradições etnográficas (herança cultural), os efeitos da aculturação (história) e o artesanato comercializável. Por sua vez, o britânico Richard Butler e o canadiano Tom Hinch (1996), muito favoráveis à comercialização do turismo indígena, destacam a participação dos indígenas com empresas próprias ou comercializando a sua cultura num aspeto eminentemente turístico para atender uma procura através de ofertas preparadas pelos nativos e nucleadas à volta temas indígenas.

Na mesma altura, mas desde uma ótica mais crítica, o antropólogo Edward Bruner (1995: 224; 2004) definiu o turismo indígena em forma de uma procura de tipismo indígena como um enmascaramento das vidas dos indígenas para parecerem mais atrativos aos olhos do visitante e assim satisfazer melhor as expectativas do turista. As culturas “tradicionais” e indígenas que os antropólogos temos descrito no passado, diz-nos Bruner (1995: 232), são agora procuradas pelos turistas, ainda que paradoxalmente essas culturas tenham mudado muito e já não sejam o que eram.

Nessa época, as classificações tipológicas do turismo realizadas por autores como Valene Smith (1996) e Peter Van den Berghe (1994a) consideravam o turismo indígena e o étnico diferentes do turismo cultural; entretanto, Greg Richards (1996) e outros situam o turismo étnico fazendo parte do turismo cultural (cf. Pereiro, 2009), numa linha na qual se situará Margarita

Barretto (2005:40) posteriormente. No turismo indígena, a etnicidade indígena reconstrói-se para os turistas (MacCannell, 1976; 1984; 1992; Grünewald, 2001a; 2001b; 2003) e para a visão e consumo mercantil da cultura indígena, transferindo as identidades e os lugares étnicos ao mercado turístico global. Isso pode conduzir à reinvenção, à preservação e à recriação de atributos étnicos, e às vezes resulta na perda de privacidade e num sentimento de invasão e ameaça. Portanto, a investigação sobre o turismo indígena obriga-nos a ver o indígena e a etnicidade como categorias maleáveis, flexíveis, dinâmicas e estratégicas, não absolutas, e sempre sujeitas negociações e renegociações permanentes.

Mais além desse debate tipológico e já na década de 2000, um trabalho coletivo coordenado por Chris Ryan e Michel Aicken (2005) realizará contributos importantes para uma reflexão sobre o turismo indígena como fator de diferenciação turística num quadro global. Nessa obra foram reunidas investigações com terreno em Oceânia, Este asiático, Canadá e Escandinávia, havendo, portanto, ausência de casos de estudo latino-americanos e também de autores propriamente indígenas. Na introdução, Chris Ryan (2005a: 1-15) afirma que o turismo é um fator de criação de imagens estereotipadas dos povos indígenas e num dos capítulos indica-se que para os visitantes é menos importante a experiência interativa com os indígenas do que o fato de comprar arte e artesanato como demonstração de ter estado lá (Ryan e Huyton, 2005: 51 e s.). Assim, o turismo é para os indígenas uma oportunidade de desenvolvimento económico que mercantiliza a sua cultura, mas muitas vezes choca com o esforço indígena de sustentar uma cultura que está sendo mercantilizada pelo turismo (Ryan, 2005b: 69 e s.). Sendo inevitável a mercantilização da cultura, Ryan pergunta-se pelos limites éticos a esta, isto é: como não perder as tradições e gerar benefícios económicos aproveitando-se do turismo?

Face ao conjunto de trabalhos reunidos por Ryan e Aicken (2005), para os quais a posição do pesquisador pode ser a de desenhador dos produtos turísticos ou a de investigador das expectativas indígenas, dos seus modelos de mudança e gestão, encontra-se a perspetiva, bastante diferente, de Alison Johnston (2006) que no seu trabalho questiona o turismo indígena. Numa linha mais crítica, considera que este ecoturismo indígena — ao qual ela chama

de indústria do camaleão — se apresenta às classes médias ocidentais de forma benigna, como uma solução para o sentimento de perda de patrimónios culturais e naturais, quando na realidade está associado a conflitos com o meio ambiente, as multinacionais e os interesses culturais indígenas. O fato de que os indígenas tenham perdido direitos e patrimónios culturais assumindo o turismo uma política e uma prática colonial faz com que Johnston se mostre muito crítica com a mercantilização da cultura e o medio ambiente indígenas. Não considerando o turismo como algo incontornável — a diferença de Ryan e Aicken, para quem é preciso que os indígenas se adaptem ao turismo —, Johnston pergunta-se e questiona-se se o sagrado e o espiritual dos indígenas devem vender-se através do turismo.

A geógrafa canadiana Claudia Notzke (2006) publica um livro no qual analisa de uma forma comparada as ameaças e as oportunidades do turismo indígena, utilizando casos de estudo de América Latina, África, Ásia, Austrália, Canadá e até Europa. Ela passa revista à tensão política entre o sagrado e o profano e aos três pés do turismo indígena, quer dizer, o nativo, o estranho e a terra. A sua perspetiva geral é mais relativista do que a de Ryan e Aicken (2005) e mais ponderada do que a de Johnston (2006), colocando numa balança os efeitos positivos e os negativos do turismo indígena e vendo de que maneira se podem minimizar os efeitos negativos e maximizar os positivos sobre as comunidades indígenas.

Num texto recente, Anna Thompson-Carr (2013) coloca-se na linha de Ryan e Aicken, contrapondo a perspetiva de Johnston, e oferece uma leitura do turismo indígena maori na Nova Zelândia sublinhando que os maoris estão integrados na sociedade neozelandesa e controlam o seu próprio turismo desde meados da década de 1970, data na qual iniciaram uma intensa revitalização cultural através do turismo, fazendo pressão sobre o governo e conseguindo o empoderamento e a conservação e recuperação de terras. O seu turismo “ecocultural” (interpretação de valores culturais em contextos naturais) atrai um turismo internacional importante, conforme demonstra o caso da povoação de Rotorua, onde os maoris representam as famosas performances “haka”.

Hoje em dia, alguns autores estão alargando a definição de turismo indígena, às vezes sob o guarda-chuva de turismo étnico, a grupos de campone-

ses que desenvolvem turismo rural, ao turismo de raízes ou de nostalgia e ao turismo de herança cultural (Costa, 2006; Cavaco, 2009). Essa confusão entre turismo indígena, étnico e rural pode ter como consequência a quebra de fronteiras conceituais, mas na minha perspectiva nem todas as formas e os produtos do turismo étnico são classificáveis como turismo indígena. O turismo indígena é, para nós, um subtipo de turismo étnico e de turismo cultural (cf. Pereiro, 2009), diferenciado pelo grupo que é sujeito de produção e objeto de consumo: os indígenas. Além do mais, a diferenciação está no modo de fazer e desenvolver turismo (geralmente comunitário, participativo, sustentável, distributivo e ecológico), pelas motivações e experiências dos turistas (atratividade indígena e interculturalidade), pelo nicho ecológico onde se desenvolve o encontro turístico (contextos de habitat indígena) — também em urbes —, e pela sua diferenciação identitária para adaptar-se a um contexto global com o qual se relaciona (diferencial indígena).

Do meu ponto de vista, o turismo indígena obedece a mudanças na indústria turística e também nos próprios indígenas (pós-fordismo, modelos de consumo mais individualizados, afirmação da etnicidade indígena). O turismo indígena é protagonizado por um grupo de pessoas indígenas culturalmente diferenciadas que vivem e ocupam territórios antes da existência do estado-nação (Saarinen, 2013: 221). Hoje em dia, ele é mesmo praticado em contextos urbanos para onde os indígenas migraram. O turismo indígena é cada vez mais um etnonegócio (Comaroff e Comaroff, 2011: 30), isto é, um projeto de desenvolvimento turístico que nasce do interesse económico das próprias comunidades indígenas e que se organiza com o poder das suas identidades coletivas, às quais pode reforçar, contribuindo para a sua sobrevivência, reprodução e/ou adaptação. Ele representa um desafio para os indígenas, pois pode criar problemas de gestão das identidades culturais indígenas que é preciso analisar com atenção e lente crítica.

Novos modelos de turismo indígena

Partindo da ideia de que o turismo não tem que desenvolver-se em todos os lugares e também de que o turismo não deve ser nem o único motor de desenvolvimento, nem um dogma incontestável como modelo de desenvolvimento ou planificação vital, o turismo indígena representa um modelo de

diversidade na concetualização do turismo e da identidade cultural indígena. O turismo indígena é, cada vez mais, parte de um movimento social que luta pelo reconhecimento da diferença indígena, do controlo da terra, do território e da paisagem. Em resumo, é um caminho face à soberania dos recursos turísticos próprios. Isso não significa que todos os projetos de turismo indígena partam dos indígenas e que todos sejam autocontrolados por eles próprios como acontece com o caso do turismo indígena guna estudado por nós (cf. Pereiro e De León, 2007; Pereiro *et al.*, 2012). O autocontrolo é sempre relativo e não absoluto (cf. Weaver, 2010) e depende de um contexto de relações de poder entre uma diversidade de agentes que participam no sistema turístico.

No geral, podemos afirmar que assistimos a uma mudança histórica na relação entre populações indígenas e turismo, passando do anti-turismo à moralização do turismo (o turismo é mau) e ao pró-turismo (o turismo é bom), até ao alter-turismo (o turismo tem coisas feias e é preciso fazer um turismo melhor) de hoje em dia. Além de um produto turístico mais no sistema de mercado turístico e as suas segmentações, o turismo indígena pode ser considerado um turismo alternativo (Lertcharoenchoke, s.d.).em processo que, de modo distinto dos modelos turísticos depredadores, promove uma forma justa de viajar, a compreensão mutua, a solidariedade e a equidade entre os participantes.

Os modelos turísticos indígenas tentam minimizar os danos do turismo sobre o meio ambiente. Trata-se de empreendimentos de pequenos etno-empresários, famílias, sociedades e comunidades que constroem um sentido de identidade comunitária e de distribuição importante da riqueza gerada. No caminho de construir sustentabilidade cultural, o turismo indígena caminha, em todo o mundo e especialmente em Abya Yala (América Latina), face a um turismo responsável (Haywood, 1988; Wight, 1993; Harrison e Husbands, 1996; Mowforth, Charlton e Munt, 2008; Goodwin, 2011; Santana, Jonay e Díaz, 2012).

Dando por bom que o sistema turístico dominante tem mudado (ex. novas tendências na procura), a visão dos indígenas também mudou nas representações pós-coloniais do sistema turístico, de aí que de “selvagens” passaram a ser representados e vistos como “bons selvagens”. Neste novo cenário e com este novo papel, muitos povos indígenas adaptam-se ao quadro lutando

por mudar a linguagem e a relação com o outro, chamando às coisas pelo seu nome desde as perspectivas indígenas (ex. casa e não “choça”, bosque e não “selva”). Face a uma tentativa histórica de muitos estados e multinacionais em construir uma mestiçagem que apagasse as diferenças indígenas ou que as reduzisse a simples manifestações folclóricas, muitos grupos indígenas têm demonstrado que a diversidade, também a turística, é um valor, um direito e uma oportunidade para viver e conviver com respeito. Neste marco, a invenção cultural do seu turismo é uma lição sobre a possibilidade de se construírem turismos responsáveis que contribuam à sustentabilidade turística no sentido que Jost Krippendorff (1994) lhe deu originariamente, isto é, como canalização dos benefícios do turismo para a conservação ambiental e cultural. Contra o velho turismo neoimperialista e também contra o turismo neoliberal (Canestrini, 2009), muitos grupos indígenas propõem um novo turismo humanitário, justo e ético, isto é, “aquel que incide en el análisis y la definición de los procesos de producción que deben garantizar una distribución equitativa y proporcional de los beneficios entre los distintos agentes participantes en esta actividad” (cf. Gomis, 2009: 8).

Face ao uso institucional impreciso, ambíguo, retórico e político do conceito de turismo sustentável, que disfarça a voragem de um crescimento constante e ilimitado a todo o custo e de qualquer forma — ainda que haja que maquilhar posteriormente —, o turismo indígena deve seguir critérios de sustentabilidade e de responsabilidade social comunitária adaptados e adequados aos seus contextos e nichos ecológicos. Muitas das propostas de turismo indígena na América Latina propõem hoje a aplicação do comércio justo às práticas turísticas para combater os desequilíbrios sociais e territoriais e para minimizar os efeitos negativos do turismo. Os poderes públicos devem conciliar os interesses privados com os comunitários do destino turístico, destacando estes últimos por cima dos anteriores.

Também, face à hipotética função terapêutica de um turismo sustentável utilizado como receita universal a servir de pretexto para encenar turisticamente por todo o planeta, o turismo indígena propõe uma posição política responsável com a natureza e com a identidade cultural coletiva. Por isso, afirmamos que, se pretende ser um modo alternativo de fazer turismo, o tu-

rismo indígena deve ter como pilar uma base comunitária que permaneça, apesar das intensas mudanças e transformações, e que se adapte aos novos tempos criando uma responsabilidade social comunitária⁶ que valorize cada vez mais o turista e que faça a diferença num contexto de globalização e estandardização da experiência turística. A economia solidária que este turismo promove redonda, em muitos casos, em grandes benefícios para os povos indígenas e as comunidades, mas também num fortalecimento da continuidade de certos vínculos sociais comunitários.

O turismo indígena é cada vez mais um etnonegócio indígena, mas não deve ser uma simples forma de divertimento e evasão na procura do paraíso terrenal, do exótico e da aventura. Ele pode ser, antes de mais, uma experiência de contato intercultural intensa e humanamente enriquecedora que desenvolva os princípios do “bom viver” ou do “balu wala”⁷. Nele, é muito alargada a participação da população local e esta participação integra a política, a planificação e o ordenamento do território. Este modelo inclusivo de participação está muito longe dos modelos de planificação *top-down*, tão vulgarizados, e implica muito melhor as comunidades no controlo da sua capacidade de carga ou melhor, antropologicamente falando, na definição de limites de tolerância ao turismo e às suas mudanças.

Esta cultura turística participativa e cooperativa que muitos indígenas têm construído e reconstruído historicamente está longe de ser perfeita. Tor-na-se preciso entendê-la como um ensaio cultural que se aproxima de algumas conceitualizações internacionais do turismo responsável⁸ como a Declaração da Cidade do Cabo de 2002 e a Declaração de Kerala de 2008.

6. Ver <http://www.turisol.org.br>. Consulta 07-03-2013.

7. Ver <http://www.territorioindigenaygobernanza.com/elbuenvivir.html>. O “baluwala” é a teoria do bom viver da filosofia indígena guna (Panamá), que não o “melhor viver” do mito do progresso ocidental. Em termos literais “balu wala” significa “árvore do sal” e simboliza uma relação harmoniosa, respeitadora e equitativa entre a mãe terra e o ser humano. Para compreender as teorias do bom viver, veja-se Fernando Huanacuni Mamani (2010).

8. Ver <http://haroldgoodwin.info/rt.html>. Consulta 08-07-2013.

Apresentação dos textos

A maioria dos artigos deste número especial foi construída por geógrafos e antropólogos, o que é paradigmático de uma preocupação especial por parte destas duas disciplinas. Os terrenos de investigação que inspiraram a sua obra foram a América do Sul, essencialmente Brasil e Argentina, mas isso não diminui o seu importante contributo para o avanço do conhecimento sobre os processos de construção social do turismo indígena, algo que se tem intensificado desde há algumas décadas. Agradeço muito vivamente aos autores e aos revisores pelo esforço na criação deste número especial da revista *Agália*. A continuação apresenta-se, de forma sumária, o conteúdo dos artigos, tendo como fim orientar o leitor no seu percurso por este número especial da revista.

O texto de **Rodrigo de Azeredo Grünewald** (Universidade Federal de Campina Grande — Brasil) aborda, desde uma antropologia do turismo, as arenas do etnoturismo indígena dos pataxós do Estado da Bahia, no Brasil, um caso paradigmático de reinvenção cultural por efeito do turismo. Os pataxós desenvolvem turismo desde os anos 1970, sendo hoje em dia parte do seu quotidiano e da reinvenção da sua cultura, mas não sem diversidades: há aldeias, aquelas com mais história de contato com turistas, que optaram por fortalecer a componente profissional da comercialização turística da sua cultura e outras, aquelas com menor contato diacrónico com turistas, que optam por utilizar o turismo como veículo de fortalecimento da identidade cultural indígena.

Com a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal em 1961, os pataxós foram proibidos de caçar e praticar agricultura, além de ser pressionados a produzir artesanato para o turismo (hoje o seu principal sustento), e se nessa altura os visitantes eram apenas *hippies* e turistas alternativos, nos anos 1990 começaram a receber 700 turistas por dia em aldeias como a de Coroa Vermelha, convertida num lugar mítico do “descobrimento” do Brasil. Este novo polo turístico levou consigo um processo de mercantilização cultural mas também de reinvenção da cultura indígena pataxó, conquistando terras, organizando uma associação ecoturística e promovendo uma reserva ecológica.

A posta em cena da cultura pataxó para o turismo é interpretada pelo autor não como um simulacro, e sim como um exercício de criatividade cul-

tural e fortalecimento da identidade cultural étnica com base num modelo de etnodesenvolvimento. A adaptação dos pataxós aos novos contextos globais do turismo é bem exemplificada neste texto, que nos elucida sobre o desinteresse dos turistas por alguns processos de aculturação turística e a nova oferta de outros produtos turísticos por parte dos indígenas (ex. passeios em *buggy*). Assim, a exibição cultural está-se a concretizar nas arenas turísticas de forma mais especializada e orientada a segmentos turísticos específicos (ex. “os índios do Descobrimento”, “os primeiros brasileiros”). Isto permite satisfazer melhor a expectativa dos imaginários dos turistas e preservar a sua privacidade, da qual distanciam o turismo.

A especialização profissional dos pataxós está associada a um processo de ‘nativização para turista ver’, respondendo a um processo global de formas étnicas reconstruídas face ao novo colonialismo. O autor chama a esse processo de ‘modelo de palco em arenas turísticas’, pois os indígenas entendem cada vez mais que a encenação turística da cultura é cada vez mais um trabalho e não toda a sua vida identitária e íntima, que não passa apenas pelo turismo e sim pela educação, a política e outros agenciamentos.

Sebastián Valverde (*Universidad de Buenos Aires* — Argentina), analisa no seu texto o efeito do turismo sobre os indígenas mapuches do Norte da Patagónia argentina. Tendo como pano de fundo uma perspetiva antropológica, interpreta os efeitos não de uma forma linear e unidirecional, porém nas suas contradições e num contexto histórico de transformação social permanente. Por um lado, o turismo gera receitas e visibilização para os indígenas mas, por outro lado, gera conflitos pelas terras e recursos. Um eixo de conflitos é a folclorização ahistórica que o *marketing* turístico dominante faz da imagem estereotipada da cultura mapuche. Face a todo um conjunto de representações estereotipadas dos indígenas, existe um quotidiano — os indígenas como sujeitos históricos e políticos — que difere muito dessa imagem. Neste interessante texto, os conflitos entre os indígenas, o Mercado e a Política são focados nas arenas turísticas como parte de uma dinâmica histórica mais alargada e são apresentadas evidências etnográficas das diferenças internas nas comunidades indígenas e das diferentes soluções dadas a alguns desses conflitos. Portanto, as relações interétnicas dos cenários turísticos contribuem, neste caso, para o reforço da endogénese indígena.

O trabalho de **Isis Maria Cunha Lustosa** (Universidade Federal de Goiás — Brasil) é sobre o turismo entre o povo jenipapo-kanindé do Ceará, a partir de uma perspectiva geográfico-cultural. Começa por nos aproximar da construção histórica da negação da existência de indígenas no Nordeste brasileiro e por mostrar a luta deles pelo reconhecimento de terras e pelos direitos civis. Isto é logo transposto para o campo do turismo, onde os conflitos entre os indígenas e grupos com interesses no turismo de massas de *resort* levaram a que os indígenas planejaram o desenvolvimento do turismo comunitário.

A população dos jenipapo-kanindé é de 304 pessoas, o que os torna — relativamente a outros povos com maior número de habitantes —, frágeis num contexto global de relações de poder. Mas o fato de serem poucos não foi suficiente para não entrarem num conflito, em 1999, contra o Aquiraz Resort. O texto da autora, ao mostrar os poderes e capitais de algum turismo internacional luso-brasileiro e as suas práticas de coação para com os indígenas, perspectiva o turismo como um cenário de luta não apenas pelo controlo dos recursos, mas também pela definição da identidade coletiva. Neste caso, o conflito contribuiu para o fortalecimento comunitário e a coesão interna — a diferença de outros casos de estudo, onde acontece o contrário — e a luta resolveu-se com a criação de um projeto de turismo comunitário na aldeia da Lagoa Encantada, sem a objeção da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e com apoio de pesquisadores da Universidade Federal do Ceará. Portanto, aqui os conflitos são colocados e aproveitados pelos indígenas para apresentar, através do turismo (ex. roteiros, visitas...), o seu papel na geodiversidade global e também para visibilizar a sua posição. A experiência turística comunitária dos jenipapo-kanindé (trilhas, museu, escola, venda de artesanato...) é vista pela autora como uma forma de reforçar a organização social da diferença indígena face ao “não índio”.

Stephen Grant Baines, da Universidade de Brasília (Brasil), apresenta-nos um trabalho sobre os conflitos, no cenário turístico do Ceará litoral, entre grupos indígenas e grupos transnacionais de capital turístico. A reelaboração da identidade indígena, feita através do turismo pelo grupo indígena tremembé, é interpretada aqui como uma estratégia para defender as suas terras, que são meio de produção, lugar de vivência e de identificação. Após uma relação dos autores que têm trabalhado sobre o indigenismo no Nordeste do

Brasil, compara-se este terreno com o indigenismo na Amazonia, noutras partes do Brasil e da América Latina (Abya Yala). O autor analisa a relação entre os tremembé e o turismo e a sua afirmação como indígenas enquanto reação face à instalação de um projeto transnacional de *resort* turístico.

Amanda Christinne Nascimento Marques, do Instituto Federal de Alagoas e também doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Sergipe, e **Maria Geralda Almeida**, da Universidade Federal de Goiás (Brasil), apresentam-nos um texto sobre os efeitos do turismo e as lutas pelo território dos indígenas tabajara do litoral sul do Paraíba, um grupo humano de umas 500 pessoas. Neste caso de estudo, a lente geográfica e etnohistórica são a sua mirada teórica e o mapeamento a sua metodologia fundamental. O seu conteúdo mostra bem a luta pela terra deste grupo indígena subordinado e a passagem da terra para território simbólico de uma identidade maleável e em tensão estrutural nos novos cenários turísticos e urbanísticos. Os efeitos ambientais do turismo, as suas consequências negativas e o alerta para o que pode vir a acontecer são essenciais neste contributo, que ilustra o que acontece quando um grupo indígena é objeto e não sujeito do desenvolvimento turístico.

Sélvia Carneiro de Lima (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás — Brasil), também doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Goiás, foca o processo de apropriação do turismo pelo povo indígena karajá do Vale do Araguaia, no estado brasileiro de Goiás, constituído por uns 245 indígenas. Logo de apresentar a fortaleza metodológica da pesquisa de terreno, desenvolvida entre 2008 e 2010, a autora caracteriza socio-espacialmente o grupo e reconhece como o turismo não é o único motor de mudança da vida do grupo, pois também o processo de urbanização e reterritorialização é responsável. Outra mais-valia deste artigo é a análise das políticas públicas do turismo, ex. as lideradas pela EMBRATUR, e da exotização mercantilista dos indígenas. Os karajá aproveitam a fileira do turismo para vender artesanato nas suas aldeias aos cerca de 600.000 turistas que visitam o vale, algo que representa, segundo a autora, um exercício de adaptação, resistência e comunicação do relato cultural indígena ao mundo. Para os karajá o turismo é uma arma de dois gumes: por um lado, é uma oportunidade de desenvolvimento económico, social e cultural e, por outro lado, gera conflitos pelo uso dos territórios e apresenta alguns efeitos ambientais negativos.

Outra fortaleza deste artigo é o foco de atenção ao que pensam os turistas sobre os indígenas, as imagens e estereótipos do “índio”, portanto não se centra apenas na oferta turística, oferecendo uma abordagem mais complexa e sistémica do turismo indígena. O texto fecha com uma defesa do planeamento e a autogestão como melhor forma de desenvolver o turismo indígena. A diferença do texto anterior, onde o turismo promovia efeitos muito negativos, o turismo aqui é visto mais como uma oportunidade de desenvolvimento indígena e de integração positiva no global.

Rodrigo Padua Rodrigues Chaves, doutorando em Antropologia Social na Universidade de Brasília, apresenta-nos uma etnografia comparada de dois projetos turísticos desenvolvidos por indígenas: o parque indígena do Xingú (indígenas kamayurá) e a reserva pataxó da Jaqueira. Defendendo a existência de um turismo indígena sustentável, o trabalho principia com uma análise das políticas brasileiras de ecoturismo indígena e depois revisa sumariamente a história da antropologia do turismo e os seus olhares, para mais tarde analisar alguns casos de estudo e propor a regulamentação da atividade turística entre os indígenas, mas sempre tendo em conta o seu envolvimento, o que, segundo o autor, não tem acontecido até ao momento no caso brasileiro.

José Antônio Souza de Deus, da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil) e **Ludimila de Miranda Rodrigues**, mestre em Geografia pela mesma universidade, contribuem para este número com um texto muito sugestivo que apresenta um enfoque interdisciplinar entre a geografia e a antropologia. Os autores, com uma aparelhagem teórica de criação brasileira, começam por chamar a atenção sobre casos nos quais o turismo indígena tem reforçado as relações comunitárias, a reivindicação de terras e a resistência face ao mercado turístico depredador (e, nalguns casos, tem sido desenvolvido mesmo à revelia da FUNAI). Mais logo, os autores centram-se numa análise da emergência étnica dos pataxós da Carmésia (Minas Gerais) e no uso que fazem do turismo como estratégia de desenvolvimento identitária (ex. a festa das águas), junto com outras estratégias de contestação e reivindicação dos seus direitos. Sem nunca perder um quadro comparativo nacional e internacional, posicionam-se na linha de Grunewald de que o turismo indígena pode significar uma revitalização cultural, se for planeado e orientado com o protagonismo dos indígenas.

Eguimar Felício Chaveiro da Universidade Federal de Goiás (Brasil) e **Marcela Burger Sotto-Maior**, graduanda em Geografia na mesma UFG, apresentam-nos como o turismo no Rio Araguaia, às margens da cidade de Aruanã, no estado de Goiás, cria transformações na vida do povo karajá, autointitulado o “povo do rio”. Desde uma análise geográfico-territorial, estes autores focam a sua mirada sobre os agentes sociais que intervêm nos cenários turísticos e as diferentes formas de apropriação da natureza por parte deles. No seu texto a (re)significação turística do rio constitui um jogo de dominó, com efeitos ponderadamente positivos e negativos desde a visão nativa e também dos investigadores.

Bibliografia

- ALTMAN, Jon Charles e FINLAYSON, Julie. “Aborigines, Tourism and Sustainable Development”. *The Journal of Tourism Studies*. 4 — 1 (1993): 38-50.
- BARRETTO, Margarita. “Turismo étnico e tradiciones inventadas”. SANTANA TALAVERA, Agustín e PRATS CANALS, Llorenç (coords.). *El encuentro del turismo con el patrimonio cultural: concepciones teóricas e modelos de aplicación*. Sevilla: FAAEE — Fundación El Monte, 2005. 39-56.
- BARTH, Frederick. *Ethnic Groups and Boundaries*. London: Allen and Unwin, 1969.
- BARTH, Frederick. Temáticas permanente e emergentes na análise da etnicidade”. VERMEULEN, Hans e GOVERS, Cora (orgs.). *Antropologia da Etnicidade. Para além de “Ethnic Groups and Boundaries”*. Lisboa: Fim de Século, 2003 (or. 1994). 19-44.
- BRESNER, Katie. “Othering, power relations and indigenous tourism: experiences in Australia’s Northern territory”. *PlatForum*, vol. 11 (2010): 10-26.
- BRUNER, Edward M. “Of Cannibals, Tourists and Ethnographers”. *Cultural Anthropology*, 4 — 4 (1989): 438-445.
- BRUNER, Edward M. “The Ethnographer/Tourist in Indonesia”. LANFANT, Marie-Françoise; ALLCOCK, John B. e BRUNER, Edward M. (eds.). *International Tourism. Identity and Change*. London: Sage, 1995. 224-241.

- BRUNER, Edward M. "The Maasai and the Lion King. Authenticity, Nationalism and Globalization in African Tourism". BOHN GMELCH, Sharon (dir.). *Tourists and Tourism. A Reader*. Long Grove — Illinois: Waveland Press, 2004. 127-156.
- BUTLER, Richard; HINCH, Tom. "Introduction". Butler, Richard e Hinch, Tom (eds.). *Tourism and Indigenous Peoples*. London: Thompson, 1996. 1-14.
- BUULTJENS, Jeremy e FULLER, Don (eds.). *Striving for Sustainability: Case Studies in Indigenous Tourism*. Lismore — Australia: Southern Cross University Press., 2007
- CANADIAN TOURISM COMMISSION (ed.). *Aboriginal Tourism: A Bibliography. Tourism Reference and Documentation Centre*. 1997. Disponível em www.canadatourism.com (Consultado 07-04-2010).
- CANESTRINI, Duccio. *No disparen contra el turista. Un análisis del turismo como colonización*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2009.
- CAVACO, Carminda. "Turismo Étnico. Um nicho de mercado temático?". SIMÕES, José Manuel e CARDOSO Ferreira, Carlos (eds.). *Turismos de nicho. Motivações, produtos, territórios*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2009. 233-261.
- CHERNELA, Janet M. "Barrier Natural and Unnatural: Islamiento as a Central Metaphor in Kuna Ecotourism". *Bulletin of Latin American Research*. 30-1 (2011): 35-49.
- COBO, José M. *Estudio del problema de la discriminación contra las poblaciones autóctonas*. Ginebra: ONU, 1987.
- COHEN, Abner. "Introduction: The Lesson of Ethnicity". COHEN, Abner (ed.). *Urban Ethnicity*. London: Tavistock, 1974. IX-XXIV.
- COHEN, Erick. "Authenticity and Commoditisation in Tourism". *Annals of Tourism Research*. 15 (1988): 371-386.
- COHEN, Erick. "Toward a Sociology of International Tourism". *Social Research*. 39-1 (1972): 164-182.
- COMAROFF, John e COMAROFF, Jean. *Etnicidad S.A*. Buenos Aires: Katz Editores, 2011 (or. 2009).
- COSTA, Francisco Lima. "Turismo étnico, cidades e identidades: o projecto 'Sabura — África, aqui tão perto!'. Uma viragem cognitiva na apreciação da diferença". *Revista Turismo & Desenvolvimento*. 5 (2006): 95-112.

- CRICK, Malcolm. “Representaciones del turismo internacional em las ciencias sociales: sol, sexo, paisajes, ahorros e servilismos”. JURDAO ARRONES, Francisco (comp.). *Los mitos del turismo*. Madrid: Endymion, 1992. 320-403.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. “El futuro de la cuestión indígena”. LEÓN-PORTILLA, Miguel (coord.). *Motivos de la antropología americanista. Indagaciones em la diferencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001. 445-459.
- DÍAZ POLANCO, Héctor. *Indigenous Peoples in Latin America. The Quest for Self-Determination*. Boulder (Colorado): Westview Press., 1997.
- FABIETTI, Ugo. *L'identità étnica*. Roma: Carocci, 2001.
- FENNEL, David A. “Ecotourism and the Myth of Indigenous Stewardship”. *Journal of Sustainable Tourism*. 16-2 (2008): 129-149.
- GETZ, Done e JAMIESON, W. “Rural Tourism in Canada: Issues, Opportunities and Entrepreneurship in Aboriginal Tourism in Alberta”. PAGE, Stephen J. e GETZ, Don (eds.). *The Business of Rural Tourism: International Perspectives*. Toronto: International Thompson Business Press, 1997. 93-107.
- GMELCH, George. *Behind the Smile. The Working Lives of Caribbean Tourism*. Bloomington: Indiana University Press, 2003.
- GOMIS, Joan Miquel. Turismo justo, globalización y TIC. Barcelona: Editorial UOC, 2009.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *Sociología de la explotación*. México: Siglo XXI, 1987.
- GOODWIN, Harold. *Taking Responsibility for Tourism*. Woodeaton, Oxford: Goodfellow Publishers, 2011.
- GRILLOT, Thomas. “América. Despiertan las identidades”. DENIS, Jean-Pierre e NOUCHI, Franck (eds.). *El Atlas de las Minorías*. Madrid: UNED — Le Monde Diplomatique en español, 2012. 102-113.
- GRÜNEWALD, Rodrigo “Turismo e o ‘resgate’ da cultura Pataxó”. BANDUCCI, Junior e BARRETTO, Margarita (orgs.): *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papirus, 2001a. 127-148.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. “Turismo e etnicidade”. *Horizontes antropológicos*. 20 (2003): 141-159.

- GRÜNEWALD, Rodrigo. *Os índios do descobrimento. Tradição e turismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001b.
- HALL, Michel Colin e HAZEL, Tucker (eds.). *Tourism and Postcolonialism. Contested Discourses, Identities and Representations*. London: Routledge, 2004.
- HARRON, Sylvia e WEILER, Betty. "Review. Ethnic Tourism". WEILER, Betty e HALL, Chris M. (eds.). *Special Interest Tourism*. London: Bellhaven, 1992. 83-92.
- HERNÁNDEZ RAMÍREZ, Javier. "Producción de singularidades y mercado global. El estudio antropológico del turismo". *Boletín Antropológico*. 66 (2006): 21-50.
- HUANACUNI MAMANI, Fernando. *Buen Vivir / Vivir Bien. Filosofía, políticas, estrategias e experiencias regionales andinas*. Lima: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas — CAOÍ, 2010.
- JOHNSTON, Alison M. *Is the Sacred for Sale? Tourism and Indigenous Peoples*. London: Earthscan, 2006.
- KRIPPENDORF, Jost. *The Holiday Makers. Understanding the Impact of Leisure and Travel*. London: Butterworth — Heinemann, 1994 (or. 1984).
- KUTZNER, Diana; MAHER, Patrick T.; WRIGHT, Pamela. *Aboriginal Tourism: A Research Bibliography*. Prince George (Canadá): University of Northern British Columbia: Outdoor and Tourism Management Programme — Publication Series 2007, 02. Disponível em http://www.unbc.ca/assets/ortm/research/report_2007_02_aboriginal_tourism_bibliography.pdf (Consulta 7-04-2010).
- LERTCHAROENCHOKE, Narueporn. "Alternative Tourism" s.d. Disponível em http://www.journal.au.edu/abac_journal/may99/article.4.html (Consulta 11-04-2012).
- LÓPEZ GARCÍA, Julián e GUTIÉRREZ ESTÉVEZ, Manuel (eds.). *América indígena ante el siglo XXI*. Madrid: Fundación Carolina — Siglo XXI, 2009.
- MACCANNELL, Donald. *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class*. New York: Schocken, 1976.
- MACCANNELL, Donald. "Reconstructed Ethnicity Tourism and Cultural Identity in Third World Communities". *Annals of Tourism Research*. 11-3 (1984): 375-391.

- MACCANNELL, Donald. *Empty Meeting Grounds*. New York: Routledge and Kegan Paul, 1992.
- MALDONADO, Carlos. *Red de Turismo Sostenible Comunitario para América Latina (Redturs)*. Jornadas de Formación: Turismo Responsable. Valencia, 4 de noviembre de 2005. <http://www.turismoresponsable.net/pdf/Redturs.ppt#1> (Consulta 07-07-2006).
- MALDONADO, Carlos. *Turismo e comunidades indígenas: Impactos, pautas para autoevaluación e códigos de conducta. Documento de trabajo número 79*. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo (OIT), 2006.
- MCLAREN, Deborah.Ramer. "The History of Indigenous Peoples and Tourism". *Cultural Survival Quarterly*, vol. 23-2 (1999): 25-30.
- MERCER, David. "Native People and Tourism: Conflict and Compromise". THEOBALD, William F. (ed.). *Global Tourism — the Next Decada*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1995. 124-145.
- MORALES, Guillermo e MARÍAS, Daniel. "Turismo em comunidades indígenas". *Revista Ábaco*, 2ª época, nº 54 (2007): 123-133.
- MOSCARDO, Gianna e PEARCE, Philip L. "Interpretación del turismo étnico". *Annals of Tourism Research* en Español. 1 (1999): 147-166.
- MOSCARDO, Gianna e PEARCE, Philip L. "Understanding Ethnic Tourists". *Annals of Tourism Research*. 26-2 (1999): 416-434.
- MOWFORTH, Martin; CHARLTON, Clive e MUNT, Iana. *Tourism and Responsibility: Perspectives from Latin American and the Caribbean*. London: Routledge, 2008.
- MUQBIL, Imtiaz. *Turismo indígena: Mucho más que otro mercado más*. Berlín: ITB, 2009. Disponível em www.itb-berlin.com/Media_Centre/Publications (Consulta 28-02-2011).
- NASH, Dennison. "Tourism as a Form of Imperialism". SMITH, Valene (ed.). *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977. 33-47.
- NOTZKE, Claudia. *The Stranger, the Native and the Land: Perspectives on Indigenous Tourism*. Concord, Ontario: CaptusPress, 2006.
- OMT — ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (ed.). *Reducción de la pobreza por medio del turismo. Una compilación de buenas prácticas*. Madrid: OMT, 2006.

- PARKER, Barry. "Developing Aboriginal Tourism — Opportunities and Threats". em *Tourism Management*. 14-5 (1993): 400-404.
- PEREIRO, Xerardo. *Turismo cultural. Uma visão antropológica*. La Laguna: PASOS, 2009 (www.pasosonline.org).
- PEREIRO, Xerardo e DE LEÓN, Cebaldo. *Los impactos del turismo en Guna Yala. Turismo e cultura entre los Guna de Panamá*. Madrid: Ramón Areces, 2007.
- PEREIRO, Xerardo; MARTÍNEZ, Mónica; VENTOCILLA, Jorge; DE LEÓN, Cebaldo e DEL VALLE, Yadixa. *Los turistas kunas. Antropología del turismo étnico en Panamá*. Mallorca: Universidad de las Islas Baleares, 2012.
- PICARD, Michel e WOOD, Robert E. (eds.). *Tourism, Ethnicity and the State in Asian and Pacific Societies*. Hawai: University of Hawai Press, 1997.
- PITCHFORMD, Susan R. "Ethnic Tourism and Nationalism in Wales". *Annals of Tourism Research* 22 (1995): 35-52.
- PUJADAS, Joan Josep. *Etnicidad. Identidad cultural de los pueblos*. Madrid: Eudema, 1993.
- RICHARDS, Greg. "Introduction: Culture and Tourism in Europe". RICHARDS, G. (ed.). *Cultural Tourism in Europe*. Oxon: CAB International, 1996. 3-17.
- RYAN, Chris (2005a) "Introduction. Tourist-Host Nexus. Research Considerations". RYAN, Chris e AICKEN, Michel (eds.). *Indigenous Tourism: The Commodification and Management of Culture*. Oxford: Elsevier, 2005a. 1-15.
- RYAN, Chris. "Who Manages Indigenous Cultural Tourism Product — Aspiration and Legitimation". em RYAN, Chris e AICKEN, Michel (eds.). *Indigenous Tourism: The Commodification and Management of Culture*. Oxford: Elsevier, 2005b. 69-74.
- RYAN, Chris e AICKEN, Michel (eds.). (2005). *Indigenous Tourism: The Commodification and Management of Culture*. Oxford: Elsevier, 2005.
- RYAN, Chris e HUYTON, Jeremy. "Balanda Tourists and Aboriginal People". RYAN, Chris e AICKEN, Michel (eds.). *Indigenous Tourism: The Commodification and Management of Culture*. Oxford: Elsevier, 2005. 51-68.
- SAARINEN, Jarkko. "Indigenous Tourism and the Challenge of Sustainability". SMITH, Melanie e RICHARDS, Greg (eds.). *The Routledge Handbook of Cultural Tourism*. London: Routledge, 2013. 220-226.

- SAID, Edward. *Orientalism*. New York: Vintage Books, 1978.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Barcelona: Anagrama., 2001 (or. 1993).
- SANTANA, Agustín, JONAY, Alberto e DÍAZ, Pablo (ed.). *Responsabilidad y Turismo en Iberoamérica*. La Laguna: Pasos, 2012 (e-book em www.pasosonline.org).
- SMITH, Valene L. “Indigenous Tourism: the Four Hs”. Butler, Richard.; Hinch, Tom (eds.). *Tourism and Indigenous Peoples*. London: Thomson, 1996. 283-307.
- STRONZA, Armanda. “Anthropology of Tourism: Forging New Ground for Ecotourism and Other Alternatives”. *Annual Review of Anthropology*. 30 (2001): 261-283.
- SUBIRATS, Eduardo. *Viaje al fin del paraíso*. Madrid: Ediciones Losada, 2005 (or. 2004).
- THOMSON-CARR, Anna. “Māori Tourism. A Case Study of Managing Indigenous Cultural Values”. SMITH, Melanie e RICHARDS, Greg (eds.). *The Routledge Handbook of Cultural Tourism*. London: Routledge, 2013. 227-235.
- VAN DEN ABBEELE, Georges. “Sightseers: The Tourist as Theorist”. *Diacritics* n.º 10 (1980): 3-14.
- VAN DEN BERGHE, Pierre “Tourism as Ethnic Relations: a Case Study of Cuzco, Peru”. *Ethnic and Racial Studies*. 3-4 (1980): 375-391.
- VAN DEN BERGHE, Pierre. *The Quest for the Other: Ethnic Tourism in San Cristobal — México*. Seattle, WA: University of Washington Press, 1994a.
- VAN DEN BERGHE, Pierre. “Marketing Mayas: Ethnic Tourism Promotion in Mexico”. *Annals of Tourism Research*. 22-3 (1994b): 568-588.
- VAN DEN BERGHE, Pierre e KEYES, Charles F. “Introduction. Tourism and Re-created Ethnicity”. *Annals of Tourism Research*. 11 (1984): 343-352.
- VERMEULEN, Hans e GOVERS, Cora (org.). *Antropologia da etnicidade. Para além de Ethnic Groups and Boundaries*. Lisboa: Fim de Século, 2003 (or. 1994).
- VOLKMAN, Toby A. “Visions and Revisions: Toraja Culture and the Tourist Gaze”. *American Ethnologist*. 17-1 (1990): 91-110.
- WEAVER, David. “Indigenous Tourism Stages and their Implications for Sustainability”. *Journal of Sustainable Tourism*. 18-1 (2010): 43-60.

- WHITFORD, Michelle M. e RUHANEN, Lisa M. "Australian Indigenous Tourism Policy: Practical and Sustainable Policies?". *Journal of Sustainable Tourism*. 18-4 (2010): 475-496.
- YANG, Li e WALL, Geoffrey. "Ethnic Tourism: A Framework and an Application". *Tourism Management*. 30-4 (2009): 559-570.
- ZEPEL, Heather. "Report. Indigenous Cultural Tourism: 1997. Fulbright Symposium". *Tourism Management*. 19-1 (1998): 103-106.
- ZEPEL, Heather. *Aboriginal Tourism in Australia: A Research Bibliography Update*. Cooperative Research Centre for Sustainable Tourism. Work in progress — Report Series. 1999. Disponível em http://www.crctourism.com.au/WMS/Upload/Resources/bookshop/Update_AboriginalTourism.PDF (Consulta 07-04-2010).
- ZEPEL, Heather. *Indigenous Ecotourism. Sustainable Development and Management*. Wallingford: CABI, 2006.
- ZEPEL, Heather. "Indigenous Ecotourism: Conservation and Resources Rights". HIGHAM, James (ed.). *Critical Issues in Ecotourism. Understanding a Complex Tourism Phenomenon*. Oxford: Elsevier, 2007. 308-348.